

**Resposta 21/06/2019 16:05:03**

Resposta ao Pedido de Esclarecimento. Questionamento 2 Item 3 subitem 3.1 e item 5 e subitem 5.1.5 do Termo de Referência 3.1 A solução pretendida é a contratação de Agente de Integração que auxilie na execução do Programa de Estágio, no que se refere à: gestão de bolsas de estágio e da respectiva documentação, por meio de sistema web; recrutamento, seleção e contratação de estagiários para atuação no âmbito do MJSP, respeitando a reserva de vagas para portadores de deficiência e para minorias étnico-raciais, em consonância com o 2 previsto na legislação vigente; acompanhamento das atividades de estágio com orientação e ações de desenvolvimento profissional do estagiário. 5.1.5 Na seleção de estagiários, haverá reserva de vagas para portadores de deficiência e para minorias étnico-raciais, em consonância com o previsto na legislação vigente, sendo de responsabilidade do contratado a avaliação dos candidatos inscritos para as cotas, abrangendo toda a estrutura necessária para a realização dessa avaliação. Questionamento: Prezado pregoeiro, considerando que de acordo com o que trata do Decreto nº 9.427/2018 a autodeclaração basta para fins de comprovação de adesão à cota racial. Se houver dúvida quanto à veracidade da autodeclaração, o correto é que o órgão público se encarregue de sanar a dúvida por meio da criação de banca. Resposta: Sim. A auto declaração basta para fins de comprovação de adesão a cota racial. Reforça-se que, o Decreto nº 9.427/2018 versa sobre a Reserva aos negros trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Assim, o Agente de Integração deve observar o atendimento à legislação nos processos de recrutamento e seleção. Art. 1º Ficam reservadas aos negros trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Cabe salientar que o Ministério da Justiça e Segurança Pública recebeu no presente ano Notificação Recomendatória do Ministério Público do Trabalho sobre o atendimento do Decreto nº 9.247/2018 (sei nº08000004237/2019-90). Questionamento 3 Item 5 e subitem 5.1.2 5.1.2. Para dar celeridade e transparência aos procedimentos de contratação e desligamento dos estagiários, o Agente de Integração deve possuir sistematizado, disponível via web, facilitando os trâmites administrativos, desde a contratação até o término de cada TCE, incluindo a assinatura desses de forma digital. Questionamento: É obrigação da CONTRATADA disponibilizar a CONTRATADA a opção de assinatura eletrônica? Considerando os apontamentos abaixo: 01) No caso de estudantes de ensino médio que for relativamente incapaz, será necessário a assistência do representante legal para assinatura do termo de compromisso de estágio. 02) Para liberação do termo de compromisso de estágio e aditivos é importante o comparecimento do estudante para apresentar a declaração de escolaridade escolar até para que o Agente de Integração analise a veracidade da comprovação escolar. Outro ponto a observar é que as Instituições de Ensino é parte na relação de estágio e a mesma não permite a intervenção ou mesmo o acompanhamento da situação estudantil por terceiros. Resposta: O TCE deverá ser assinado por todas as partes de forma eletrônica: agente de integração, estagiário ou representante legal, instituição de ensino e órgão contratante (Ministério da Justiça e Segurança Pública). Reforça-se que esta solução informatizada já é prática no mercado dos Agentes de Integração de Estágios, inclusive atuantes em Brasília/DF, e atende à legislação referente à sustentabilidade e ao Governo Digital. 5.1.4. O requisito acima busca, ainda, prática sustentável tanto em relação à não impressão dos TCEs quanto aos recursos de tempo e custo de deslocamento dos estagiários para colher assinaturas da documentação, atendendo à legislação referente ao Governo Digital. Ainda, esclarece-se que a empresa vencedora do certame deverá dispor de sistema informatizado no momento de assinatura do contrato, não impedindo que esta participe do processo licitatório e, após, adequar-se às exigências do Edital e do Termo de Referência. Reforça-se que deverá ser disponibilizado a assinatura eletrônica para representante legal assinar o termo de compromisso de candidato relativamente incapaz. Há no item de habilitações a necessidade de instalação física na cidade de Brasília, permitindo assim, a entrega dos documentos. Ainda, fica a cargo do Agente de Integração, o recebimento de forma virtual. Cabendo ao Agente confirmar a veracidade da declaração junto à instituição de ensino. Por fim, o acompanhamento da situação estudantil a ser realizada pelo Agente de Integração refere-se tão somente à regularidade de vínculo do estudante com instituição de ensino e o curso no qual está matriculado. Questionamento 4 Item 6 subitem 6.3.13 e 6.3.14 3 6.3.13. 6.3.13. Realizar entrevistas de desligamento encaminhando relatório à CGGP; e 4- Questionamentos: Essa obrigação é da contratante, pedimos a exclusão deste item ou seu remanejamento para obrigações da contratada. Resposta: Não há nada nos ordenamentos jurídicos vigentes que impute à contratante tal obrigação. Questionamento 5 Item 7 e subitem 7.9.2, 7.9.3 e 7.9.4 7.9.2 Recebimento de declaração de regularidade das matrículas dos estudantes em suas respectivas instituições de ensino; 7.9.3 Recebimento de relatório com comprovação das ações de desenvolvimento oferecidas aos estagiários, contendo instrumento de avaliação dos estagiários referentes a cada ação; e 7.9.4 Encaminhamento do relatório de execução contratual ao gestor do contrato. 5- Questionamento: Prezado pregoeiro, tendo em vista a solicitação dessas declarações, devem ser encaminhadas mensalmente? Reforço que a comprovação das ações de desenvolvimento oferecidas aos estagiários devem ser elaboradas pela contratante tendo em vista que o estágio é oferecido por eles. Resposta: A declaração de regularidade matricular deverá ser entregue semestralmente. As ações de desenvolvimento deverão ser planejadas e executadas conforme item 6.3.11 do Termo de Referência. 6.3.11. Disponibilizar ações de desenvolvimento (palestras, cursos ou outros objetos educacionais) para o grupo de estagiários do MJSP, por meio de cronograma de ações, aprovado pelo Ministério. Questionamento 6 Item 10 e subitem 9.6.2 9.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na(s) empresa(s) do contratado 6- Questionamento: Tendo em vista a autonomia do agente de integração na composição de seu quadro de funcionário pedimos a exclusão desse item. Resposta: Orienta-se para a adequada interpretação do subitem 9.6.2. considerando o item 9.6.: 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como: (...) 9.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na(s) empresa(s) do contratado. Questionamento 7 Item 10 e subitem 10.3 10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos ao contratado, o valor correspondente aos danos sofridos. 7- Questionamento: Prezado pregoeiro, por gentileza, tendo em vista que a responsabilidade pode ocorrer ao contratante pode ocorrer desde que por sua culpa ou dolo, recomendamos a inclusão desta informação no item. Resposta: Item do Modelo de Termo de Referência (prestação de serviço) da AGU, para obrigações da contratada. Ou seja, de adoção padrão a todos os órgãos da administração pública federal. 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos. Ante aos questionamentos direcionados, esta área técnica encaminha as manifestações acima. CONCLUSÃO Após a avaliação da Equipe Técnica do Ministério da Justiça e Segurança Pública quanto

aos questionamentos direcionados pelo CIEE a respeito do Termo de Referência do Edital nº 07/2019, preservando o princípio da isonomia, em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, encaminhamos as respostas e manifesta-mo-nos pela manutenção das condições já pré-estabelecidas, considerando improcedentes as sugestões de alterações propostas.

**Fechar**